

ADVERSO

nº 212 - março/abril de 2015

ISSN 1980315-X



9 771980 315002

00212

Agora é mobilizar e avançar

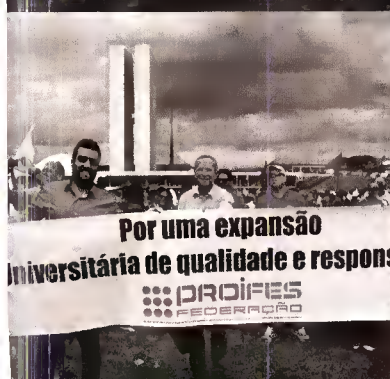
Adufrgs-Sindical e Proifes-Federação convocam docentes para acompanharem o desenrolar da negociação salarial com o governo e participarem das manifestações que se fizerem necessárias

Páginas 11 a 14

PELA REESTRUTURAÇÃO
DA CARREIRA DOCENTE
ABERTURA IMEDIATA DAS NEGOCIAÇÕES

Adufrgs
sindical
Filial do PROEF-Federação

PROIFES
FEDERAÇÃO
PROFESSORES DE INSTITUÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL





Sindicato dos Professores das
Instituições Federais de Ensino Superior POA
UFRGS | UFCSPA | IFRS-Campus Porto Alegre e IFRS-Campus Restinga

Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**

1º Vice-Presidente: **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**

2ª Vice-Presidente: **Marilda da Cruz Fernandes**

1º Secretário: **Ricardo Francalacci Savaris**

2º Secretário: **Paulo Machado Mors**

3º Secretário: **Luciano Casagrande**

1º Tesoureiro: **Vanderlei Carraro**

2º Tesoureiro: **Edson Lindner**

3ª Tesoureira: **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 - Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br

www.adufrgs.org.br



Publicação bimestral
Tiragem: 3.500 exemplares
Impressão: Ideograf

Conselho Consultivo

Ana Boff de Godoy - DEIS/Ufcspa

Flávio Porcello - Departamento de Comunicação/Ufrgs

Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs

Lúcio Vieira - IFRS - Campus POA

Paulo Machado Mors - Instituto de Física/Ufrgs

Edição: **Adriana Lampert**

Reportagens: **Araldo Neto e Patrícia Comunello**

Projeto Gráfico: **Eduardo Furasté**

Diagramação: **André Lacasi**

Produção



VERDEPERTO

(51) 3228 8369

SUMÁRIO

ESPECIAL

Solidariedade ganha espaço
nos trotes universitários
por **Araldo Neto**

04

PING-PONG

José Vicente Tavares dos Santos

"A figura do interdisciplinar é central para o
desenvolvimento da ciência"
por **Maricélia Pinheiro**

07

REPORTAGEM

Negociação aberta:
agora é preciso avançar!
por **Patrícia Comunello**

11

EM FOCO

Carta de recusa ao título de Professor
Emérito vira estudo museológico
por **Araldo Neto**

15

INFRAESTRUTURA

Projeto de linha de ônibus intercampi
está em fase de estudos na Ufrgs
por **Patrícia Comunello**

17

VIDA NO CAMPUS

Aulas de Anatomia na Ufcspa contam com
programa de doação de corpos
por **Araldo Neto**

20

ECONOMIA

Quem vai pagar a conta
do ajuste fiscal do governo?
por **Patrícia Comunello**

22

DISTINÇÃO

Professora da Ufrgs ganha prêmio
Unesco para Mulheres
por **Araldo Neto**

26

JURÍDICO

Extensão do Reconhecimento de Saberes e
Competência aos Professores Aposentados
por **Letícia Kolton Rocha**

28

EDITORIAL

O acirramento dos conflitos nos chama à luta

As últimas medidas legais adotadas, sejam por iniciativa do Executivo ou do Legislativo, expõem de forma clara o projeto de acelerar a transformação do estado brasileiro. Há longa data que vimos assistindo à reconfiguração do mesmo na direção de uma estrutura cada vez menos pública, assumindo um perfil daquilo que podemos chamar de “quase-mercado” ou “semi-mercado”. O crescente acesso do setor privado na esfera dos serviços historicamente públicos e a configuração do setor público nos moldes do privado reforçam esta realidade.

Para ilustrar, basta nos reportarmos às modificações na legislação previdenciária que, em lugar de garantir a todos os assalariados a aposentadoria integral, estende aos servidores públicos as limitações impostas aos empregados privados. Na mesma direção, estão as Medidas Provisórias 664 e 665. Uma retira de todos o direito à pensão em caso de falecimento antes de dois anos de contribuição – como se morrer fosse uma escolha do empregado. A outra exige 18 meses de contribuição para que o assalariado possa ter direito

ao seguro-desemprego, proposta feita exatamente quando o volume de desempregados aumenta no País.

Culminamos agora com a aprovação do Projeto de Lei 4.330/04 que terceiriza não apenas as atividades-meio (o que já vinha sendo feito), mas também as atividades-fins. Isso inclui os serviços públicos. No caso das Instituições Federais de Ensino Superior, estas poderão contratar, por tarefa, empresas privadas para fornecer professores para dar as aulas, para fazer as pesquisas e para promover atividades de extensão. Esta precarização avança para além do emprego, avança para a fragilização também do próprio trabalho. Tudo vira empreiteira. Tudo vira negócio, tudo passa a ter como meta o lucro. O próprio estado começa a ser privatizado.

O enfrentamento dessas questões não tem sido fácil. O atrofiamento do movimento sindical nos últimos anos, decorrente da sua imobilidade e vacilações frente ao quadro político-partidário, tem deixado flancos para este avanço do privado sobre o público. Não se trata aqui de criar cizânia entre o público e o privado, mas de estabelecer

os limites do privado e as obrigações do estado na oferta do serviço público.

Mesmo frente às constantes acusações da potencial ineficácia do público, o fato real é que o aumento da presença do privado em diversos setores não expressou melhor qualidade. No ensino superior, 75% das vagas são oferecidas por instituições privadas, mas são as universidades públicas apontadas como as de melhor qualidade. O espaço está aberto para um grande debate nacional que envolva todas as forças políticas comprometidas com a democracia, na busca da definição sobre o tipo de estado que queremos. Estamos em um flagrante conflito entre o estado, o público e o privado.

Defender o serviço público como tal, é acima de tudo conferir ao cidadão o direito inalienável à saúde, à educação, à segurança, ao transporte (ao deslocamento), à moradia, e ao emprego. É também defender o direito à participação política e à livre manifestação, o direito ao conhecimento, ao acesso à informação, ao controle do próprio estado e dos serviços por ele delegados – o direito de ser cidadão.

Adufrgs-Sindical - o seu Sindicato

Solidariedade ganha espaço nos trotes universitários

por Arado Neto



Núcleo Acadêmico do Simers, em parceria com faculdades gaúchas de Medicina, promove ações de doação de sangue e de alimentos

Tradicionalmente, fevereiro, março e agosto são os meses em que as faculdades brasileiras recebem seus novos estudantes. É neste período que os calouros são recepcionados pelos veteranos nos 'trotes', que geralmente pintam os rostos e fazem brincadeiras com os novos alunos. Porém, a iniciativa, que era para ser divertida, muitas vezes se torna violenta e absurda, levando, inclusive, alguns estudantes ao óbito. Foi o que aconteceu em fevereiro deste ano no interior paulista, quando um jovem morreu após ingestão excessiva de álcool em uma festa promovida por várias repúblicas de universitários. A insana brincadeira que vitimou o jovem consistia em saber quem aguentava beber mais. Contudo, se por um lado os trotes de mau gosto continuam ocorrendo em vários cantos do País, cada vez mais experiências de trotes solidários estão surgindo nas instituições de ensino superior.

Um bom exemplo aconteceu no início deste semestre,

na Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). O trote aplicado consistiu na doação de livros de literatura infantil e contação de histórias para crianças da creche Piu Piu, localizada na Vila Planetário, próxima à Fabico. Cada calouro teve que doar, no mínimo, cinco livros, além de ser "obrigado" a contar histórias para as crianças. Ao todo, foram arrecadados mais de 300 livros entre os ingressantes dos cursos de Biblioteconomia da Ufrgs e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Porto Alegre. "Neste semestre, nós estamos iniciando uma nova tradição de trotes", comemora a professora de Biblioteconomia da Ufrgs, Eliane Moro.

A docente conta que a iniciativa surgiu nas aulas da disciplina de Leitura, Biblioteconomia e Inclusão Social, que ela leciona na Universidade. No semestre passado, uma caloura do curso, alérgica a picada de inseto, foi



Este ano, calouros da Fabico/Ufrgs doaram livros e contaram histórias para as crianças da creche Piu Piu, em Porto Alegre

parar no hospital após uma brincadeira no trote, em que os veteranos colocavam formigas nas roupas dos novos graduandos. Após o episódio, a professora Eliane provocou seus alunos para que fosse feito um trote solidário, voltado para a comunidade externa da Universidade, e substituindo as brincadeiras que inibem e constroem. “Os calouros acabaram contando histórias para as crianças, que se abraçavam aos livros como um presente valioso. A experiência valeu por várias aulas”, comenta a docente.

Outro trote aplicado com caráter solidário é o do Núcleo Acadêmico do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers). Em parceria com turmas de veteranos de 12 faculdades gaúchas de Medicina, incluindo a Ufrgs e a Ufscpa, o trote promove ações para doações de sangue e de alimentos. Na edição do ano passado, a iniciativa arrecadou em torno de 25 toneladas de suprimentos alimentícios. No início deste semestre, a doação destes produtos ocorreu em 20 supermercados de Porto Alegre.

Somadas todas as edições, o trote solidário do Simers já arrecadou cerca de 100 toneladas de alimentos, que são repassados para entidades beneficentes. “A gente vê que isso tem um impacto social absurdo”, comemora o presidente do Núcleo Acadêmico do Simers, Tadeu Ludwig. Além da doação de alimentos, calouros e veteranos também se deslocam até hospitais e hemocentros com o intuito de doar sangue. Na edição de 2014, mais de 400 bolsas de sangue foram coletadas nesta ação. Para se ter uma ideia da importância da iniciativa, a quantidade de sangue doado pelos alunos é suficiente para ajudar até 2 mil pessoas. “A forma de combater os trotes violentos é oferecendo outra experiência de ingresso aos calouros”, afirma Ludwig.

Violência será proibida por lei

Para tentar coibir as “brincadeiras” agressivas com os calouros, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou Projeto de Lei (PL) que proíbe a prática de trotes violentos ou constrangedores em instituições de ensino superior com unidades na Capital. Segundo o vereador Mauro Pinheiro (PT), autor da proposta, o PL prevê que, em caso de descumprimento da legislação, as universidades deverão instaurar processo disciplinar, ainda que os trotes tenham sido praticados fora de suas dependências. “Muitas vezes, jovens que se dedicam tanto para ingressar em uma universidade acabam, nos seus primeiros dias, tendo uma recepção violenta, que gera traumas para o resto de suas vidas”, afirma o vereador.

O Projeto de Lei aprovado na Câmara diz ainda que os processos disciplinares devem ser regidos por Atos Normativos de cada instituição, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo ser comunicada ao Ministério Público a eventual aplicação de sanções, para exame da possível responsabilidade penal. A maior universidade gaúcha, a Ufrgs, conta com resoluções internas que preveem punição para os alunos veteranos que cometerem agressões contra os calouros. A portaria de 2011, que aborda o tema, defende “que os responsáveis pelos abusos não fiquem impunes e sofram, conforme o grau de participação, as sanções previstas no Código Disciplinar Discente, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Penal Brasileiro, conforme o caso”. Já o Projeto de Lei aprovado pelos vereadores no final de fevereiro aguarda a sanção do prefeito de Porto Alegre, José Fortunati. 🗳️



Presidente do Núcleo Acadêmico do Simers, Tadeu Ludwig, comemora o impacto social da iniciativa da entidade



Na Ufrgs, há resoluções internas que preveem punição para veteranos que cometerem agressões contra calouros. Acima, a imagem mostra um trote pacífico na Faculdade de Biologia

Universidades brasileiras colecionam episódios de trotes violentos e constrangedores. Confira alguns:

1962 - Durante a festa de recepção na Puc-SP, um dos novatos foi pego pelos veteranos do curso para uma “brincadeira” de boas-vindas. Forçado a se despir completamente, o garoto foi obrigado a entrar em um barril cheio de água misturada com cal. O estudante teve boa parte do corpo queimada e acabou morrendo.

1998 - Um rapaz teve fogo atado em seu corpo durante uma festa de recepção de calouros, em Sorocaba, interior paulista. Após passar pelas repúblicas para beber, o garoto parou para descansar em um sofá. Enquanto dormia, outros estudantes resolveram abusar dele, colocando fogo em suas roupas. Ele teve 25% do corpo queimado. O caso levou à expulsão de cinco alunos envolvidos.

1999 - Um dia após a festa de recepção, o calouro da USP Edison Tsung Chi Hsueh foi encontrado morto no fundo da piscina da Instituição. Após ser pintado, ele seguiu junto com outros calouros para a atlética da USP, onde teria sido forçado a entrar na piscina, sem saber nadar. Quatro estudantes foram acusados pela morte do rapaz.

2000 - Após recusarem ter seus cabelos raspados durante a recepção, dois novatos foram agredidos por veteranos da Uniara, em Araraquara. Eles receberam chutes na cabeça e foram hospitalizados com vários ferimentos. Um deles recebeu alguns pontos na boca e o outro sofreu amnésia temporária. Traumatizados, os alunos deixaram de frequentar a universidade pelo resto do ano.

2006 - No interior de Minas Gerais, um calouro da Universidade Federal de Uberlândia foi despido e coberto de tinta. Não satisfeitos, os veteranos ainda o obrigaram a deitar sobre um formigueiro. O estudante recebeu mais de 250 picadas e foi internado. A Universidade expulsou dois alunos e suspendeu outros 13.

2009 - Em Leme, interior de São Paulo, um calouro do Centro Universitário Anhanguera Educacional foi chicoteado, forçado a beber cachaça e a rolar em excremento de animais, além de ser amarrado a um poste e sofrer agressões. O garoto entrou em coma alcoólico e, abandonado na rua, foi internado como indigente.

2010 - Em uma festa de boas-vindas, os veteranos da Faculdade Universidade Federal de Rio Grande (Furg) passaram dos limites e forçaram dois calouros a ingerir uma quantidade exagerada de bebida. Os garotos entraram em coma alcoólico e foram internados.

2010 - Um trote de alunos batizado de “Rodeio das Gordas” causou revolta na Universidade Estadual Paulista (Unesp). A “competição” consistia em agarrar as estudantes, de preferências as obesas, e tentar simular um rodeio ficando o maior tempo possível sobre a vítima. As paredes da universidade foram tomadas por mensagens de protesto contra a prática.

2013 - Calouros da Faculdade de Engenharia Civil da Ufrgs participaram de trote envolvendo uma cabeça de porco, vísceras de peixe e ovos podres. Imagens do trote foram parar na internet.

2015 - Calouros do curso de Medicina da Universidade Estadual Paulista (Unesp), no interior de São Paulo, foram recebidos por veteranos fantasiados com trajes semelhantes aos do grupo norte-americano Ku Klux Klan (KKK), que defendia a supremacia da raça branca e perseguiu negros. O trote rendeu polêmica nas redes sociais.



José Vicente Tavares dos Santos

“A figura do interdisciplinar é central para o desenvolvimento da ciência”

Desde que assumiu a direção do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ILEA/Ufrgs), no final de 2012, o sociólogo e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Ufrgs, José Vicente Tavares dos Santos, vem revolucionando o cotidiano da entidade. A agenda de painéis, palestras, conferências e oficinas é extensa. Os corredores agora abrigam pesquisadores e até exposições que vêm do Museu da Universidade, e o auditório está sempre ocupado.

Criado há 20 anos, o ILEA tem como principal função ser um centro de debates interdisciplinares sobre as grandes questões sociais, culturais e científicas do nosso tempo. Entre as atividades-eixo da entidade está o ciclo de palestras “A Universidade do Futuro”, que tem como parceira a Adufrgs-Sindical. Desde 2013, a iniciativa tem apresentado renomados professores e pesquisadores para falar sobre temas pertinentes dentro da Universidade, tais como: autonomia, carreira, aposentadoria, reforma

do Ensino Médio, inovação, ciência e tecnologia, e uma série de outros assuntos. Por ali já passaram nomes como o ex-reitor da Universidade de Lisboa, António Sampaio da Nôvoa; o secretário de Educação Superior do MEC, Paulo Speller; a socióloga e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), Fernanda Sobral; e o ex-reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Jesualdo Pereira, na época presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Em entrevista à revista *Adverso*, José Vicente Tavares fala sobre o contexto histórico em que nasceu o ILEA da Ufrgs; a finalidade do Instituto; as atividades realizadas e seus projetos futuros. O diretor coloca como fundamental a participação de pessoas de todas as áreas do conhecimento, uma vez que o objetivo principal é o cruzamento de saberes diversos e a fecundação de ideias.

Por Maricélia Pinheiro



Adverso: Em que contexto nasceu o ILEA e qual sua função dentro da Universidade?

José Vicente Tavares: O ILEA foi criado na gestão do reitor Hêlgio Trindade. A intenção do Instituto é ser um centro de estudos, pesquisas e debates interdisciplinares sobre as grandes questões sociais, culturais e científicas do nosso tempo. O ILEA/Ufrgs foi o segundo criado no Brasil, o primeiro foi o da USP, implementado em 1985, exatamente para ajudar na transição da ditadura para a democracia. O ILEA/Ufrgs vai nessa esteira, com a seguinte particularidade: face à inserção da Universidade no continente americano, ele foi denominado Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados. Depois foram criados institutos de estudos avançados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila) e, mais recentemente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Somos cinco no total.

Adverso: Este modelo é semelhante a outros fora do País?

Tavares: No mundo hoje existem 43 institutos de estudos avançados, reunidos em uma associação chamada University-Based Institutes for Advanced Study (Ubias). Desses 43, mais de 30 foram fundados depois dos anos 1990. O que os historiadores e sociólogos dizem é que o fim do século 20 seria a partir de 1990, o que eles denominam de "Era dos Extremos". A partir daí, passamos a uma nova etapa da história da humanidade, que podemos chamar de "Era da mundialização de conflitualidades". Ou seja, se nesses últimos

24 anos houve, claramente, uma enorme crise nas ciências, nos modelos de sociedade, e mudanças na política internacional com a emergência de blocos regionais como Mercosul, União Europeia e Aliança do Pacífico, também as so-



"O ILEA está editando uma coleção de livros, em parceria com a Adufrgs. A série vai se chamar Estudos Avançados em Ciências e Humanidades e terá justamente uma arquitetura interdisciplinar"

iedades passaram por mudanças muito grandes. Seja por efeito das novas tecnologias, da precarização do trabalho, de políticas neoliberais ou da queda do socialismo em alguns países. É um momento de profunda ebulição social em que

novas ciências começam a aparecer ou se desenvolver, como a Biologia Molecular, a Física Quântica, a Ciência da Computação e os avanços no que podemos chamar de "paradigma da complexidade".

Portanto, há uma crise nas ciências e um processo de transição paradigmático para um novo tipo de ciência no mundo. Isso combina com uma crise na sociedade e com uma busca de novas formas de sociabilidade e de organização do trabalho. Os institutos de estudos avançados respondem a essa crise mundial e por isso estão espalhados por todo o mundo.

Do ponto de vista científico, isso reflete também a passagem de um paradigma determinista e simplista da ciência para o paradigma da complexidade, ou seja, os fenômenos cada vez mais são vistos como multidimensionais, com muita indeterminação, muita incerteza. Isso exige novo padrão de trabalho científico, que podemos resumir em padrão da complexidade. Os institutos de estudos avançados reúnem todas essas características, pois congregam professores de todas as áreas do conhecimento e buscam estabelecer um diálogo entre essas diversas áreas. No de Princeton (EUA), um dos mais antigos, de 1930, existe algo muito interessante que é "o momento do chá", que conseguimos implementar também no ILEA/Ufrgs. É um momento, por volta de 15h e 16h, em que as pessoas das diferentes áreas se encontram. E, no decorrer de conversas informais, se compartilham novos tipos de raciocínios, novos conceitos, e é possível fecundar a imaginação científica, um com o outro. Então, os institutos de estudos avançados

são locais de diálogo científico, de diálogo com a sociedade, de diálogo sobre alternativas de ciências. No caso específico do ILEA/Ufrgs, agregamos também a questão da América Latina.

Adverso: A partir desses diálogos informais, nascem novas ideias de pesquisa?

Tavares: Nas diferentes atividades, sempre mesclamos pessoas de diferentes unidades, diferentes departamentos, diferentes formações, das Ciências Humanas, Ciências Naturais, Letras, Artes. E depois dos debates acontecem os diálogos informais. Os dois momentos se retroalimentam. Às vezes, em uma conversa no chá, depois de um evento, surgem ideias para outros acontecimentos. O interessante é ativar esse fluxo de pensamentos, uma vez que na maior parte do tempo, dentro das unidades e dos departamentos, não há muito espaço para esse diálogo interdisciplinar, intercultural, de diferentes experiências.

Desse andamento de ideias podem surgir novos temas de pesquisa, sim. A ecologia, o estudo da higiene e os estudos sobre violência nasceram de discussões como estas. Estamos editando uma coleção de livros, em parceria com a Adufrgs-Sindical, que será publicada até o final de 2015, na qual estão os debates de 2013 e 2014 em textos sintetizados. A série vai se chamar Estudos Avançados em Ciências e Humanidades e terá justamente essa arquitetura interdisciplinar.

Adverso: Quais são os atuais projetos do ILEA/Ufrgs?

Tavares: Temos projetos estruturantes. O primeiro deles é

o ciclo de conferências Estudos Avançados em Ciências e Humanidades, com atividades semanais ou quinzenais, que acontece desde o primeiro semestre de 2013. São painéis, palestras ou conferências dos quais participam professores da Ufrgs e de outras universidades brasileiras. Ainda não temos verbas para trazer pessoas de fora, mas há docentes que vêm a Porto Alegre, para participar de bancas e de outras atividades, que nos procuram. Com isso, temos contado com a participação de professores estrangeiros – foram mais de 30 nesses dois anos – que promovem uma fecundação internacional de ideias.

O outro eixo de atividade, em parceria com a Adufrgs-Sindical, é o ciclo de palestras A Universidade do Futuro. Avaliamos que o ILEA poderia ser um espaço também para se discutir questões centrais da Ufrgs como a autonomia, a carreira e os modelos mundiais de universidade que estão aí para debate. Há o Projeto Bolonha, as experiências dos Estados Unidos e da Inglaterra, a experiência brasileira vivida na Bahia (Universidade Nova, agora implementada no Campus Litoral Norte da Ufrgs) que propõe cursos interdisciplinares já na graduação. Uma das funções do Instituto – e aí a parceria com a Adufrgs se faz fundamental – é trazer essas novas ideias, porque estamos em um processo de transformação, e a Universidade é muito solicitada pela sociedade, pela inovação científica e tecnológica, pelas questões sociais em termos de novas alternativas de políticas públicas. Então, cabe discutir o que seria essa instituição do futuro, até porque a Ufrgs tem cerca

de 30% do corpo docente que foi contratado nos últimos cinco anos. E entram jovens doutores, com experiência internacional muito maior do que a da minha geração, por isso um espaço onde se discuta como será a universidade do futuro é fundamental.

Com exceção dos cursos presenciais, todos os outros eventos são gravados e estão disponíveis no canal do ILEA no youtube (www.youtube.com/ileaufrgs). Já temos cerca de 240 vídeos. E o retorno tem sido positivo, as pessoas nos enviam e-mails falando sobre os eventos. Há ainda uma página no facebook, que tem sido nosso grande meio de comunicação, com cerca de 3 mil acessos por semana. Em junho de 2013, quando realizamos atividades relacionadas aos protestos de jovens, tivemos mais de 40 mil acessos. Nosso próximo projeto é transmitir os eventos ao vivo pela internet, através de um convênio com a TV Ufrgs.

Temos ainda um terceiro tipo de atividade que são as oficinas, voltadas para públicos menores e planejadas de uma semana para outra. Normalmente aproveitamos a presença de professores de fora presentes na Universidade, que vêm participar de algum curso, e convidamos para coordenar a oficina.

Um convênio com o Museu da Ufrgs possibilitou a montagem de exposições no saguão do ILEA, para que, depois que saem de cartaz no museu, as obras sejam contempladas também ao público que frequenta o Campus do Vale. Essa tem sido uma experiência muito interessante.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes) já aprovou um projeto de escola de altos estudos, que irá possibilitar o financiamento da vinda de professores estrangeiros de alto nível. Em 2014, através do projeto Juventude e Mundialização, trouxemos professores do Canadá, França, México, Peru, Alemanha, Espanha e China. Eles fizeram palestras em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Ufrgs, da UnB e da UFC, e depois ficaram uma semana conversando com grupos de pesquisa. Esperamos reproduzir a experiência em 2015. Um novo projeto será enviado em breve: chama-se Novas Questões Sociais, Científicas e Mundiais e o Desafio da Interdisciplinaridade.

Adverso: Qual o público-alvo das atividades?

Tavares: Toda a comunidade universitária: professores, estudantes e técnico-administrativos. Inclusive, a participação em algumas atividades do ILEA conta pontos para os servidores matriculados na Escola de Desenvolvimento da Ufrgs (órgão da Progesp que promove cursos de aperfeiçoamento). Professores que frequentam o Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (PAAP) também ganham créditos com a participação em atividades do ILEA.

A nossa experiência mostra que a participação do público ainda não é totalmente interdisciplinar. Há uma dificuldade grande de cruzar os públicos. Por exemplo, uma atividade que tivemos sobre Memória Biológica e Social, curiosamente contou com mais pessoas da Genética do que das Áreas Sociais. Então, o que nós queremos é que

essa participação aumente, exatamente por que nos parece que a figura do interdisciplinar é central para o desenvolvimento da ciência e para a compreensão da sociedade atual.



“A nossa experiência mostra que a participação do público ainda não é totalmente interdisciplinar. Então, o que nós queremos é que essa presença aumente”

Nessa linha, temos um projeto chamado Redes Interdisciplinares e Multidisciplinares de Pesquisa (RIMPs), que englobam dez temas (Episteme, Juventude e Violência, Aprendizagem da Matemática, Metrópoles, História Econômica do Capitalismo e Crítica, Estudos Chineses, Estudos Africanos, Epis-

temologias Ameríndias, Animalia: Humanos e Animais, Direitos Humanos e Diferenças) e é financiado pela Reitoria. Os grupos de pesquisas estão sediados no ILEA e são formados por professores e alunos da Ufrgs, além de pessoas de outras universidades, de todas as áreas do conhecimento. Os trabalhos começaram em junho de 2014 e devem prosseguir por três anos, com um seminário grande a cada ano. Muitas das oficinas oferecidas hoje pelo Instituto são realizadas pelo pessoal das RIMPs.

Adverso: Quais os projetos para os próximos anos?

Tavares: Está sendo implementado o Centro de Informações do ILEA (CIILEA), uma biblioteca virtual. Já temos 20 máquinas e uma bibliotecária. A ideia é organizar as informações disponíveis na internet em função dos temas das RIMPs e outros que venham a ser sugeridos. E no ano que vem será construído um novo auditório modular.

Realizamos em janeiro de 2014 a primeira edição da Escola de Verão, sobre Metodologias Informacionais, envolvendo estatística, assessoramento remoto, fotografias aéreas e análise computacional. Participaram professores da Matemática, da Geodésia, da Sociologia e das Ciências Políticas, e alunos de mais de 15 unidades. A segunda edição foi feita em convênio com a Escola de Desenvolvimento da Ufrgs em agosto de 2014 e a terceira em janeiro de 2015. E já está prevista mais uma edição para julho/agosto de 2015. Todas as atividades do ILEA são gratuitas e abertas ao público em geral. ▴

Negociação aberta: agora é preciso avançar!

por Patrícia Comunello



Faixa da Adufrgs no Campus da Ufrgs convoca docentes a participarem das ações da campanha salarial de 2015

Serão meses tensos para os docentes do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), na expectativa de um acordo com o governo federal. Tudo indica que, na nova fase de negociações, as tratativas para definir a política salarial e de carreira para os próximos três anos sejam mais difíceis que as que ocorreram em 2012. E para mobilizar os professores, as direções do Proifes-Federação e da Adufrgs-Sindical convocam: “Mobilizar para negociar, negociar para avançar.”

Em abril, começam os encontros com a base. A Adufrgs marcou várias reuniões nas unidades das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) de Porto Alegre para esclarecer à categoria sobre a necessidade de uma forte mobilização para que ocorra uma negociação que defina, favoravelmente, a vida de cada um dos professores durante os próximos três anos. “Precisamos que todos os docentes que representamos acompanhem o desenrolar dos acontecimentos e fiquem atentos aos nossos chamamentos e reuniões, atos de mobilização e manifestações que se fizerem necessárias”, convoca a presidente do Sindicato, Maria Luiza Ambros von Holleben. O vice-presidente da entidade, Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira, reforça: “É preciso que os professores dominem a pauta e o que significa, e estejam dispostos a se envolver e lutar por ela.”

A largada da mobilização em nível nacional foi disparada

na reunião do Conselho Deliberativo do Proifes-Federação que aconteceu em Brasília no final de janeiro. Esta mobilização incluiria a participação na audiência pública de 7 de abril, no Congresso Nacional, que debateria um tema muito caro ao movimento docente – a forma como está sendo feita e conduzida a expansão das Ifes. Mas a audiência foi suspensa, a pedido de Renato Janine Ribeiro, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), que substituiu Cid Gomes no Ministério da Educação (MEC).

Maria Luiza ressalta que esta etapa de negociação é vital para dar sequência à reestruturação da carreira e conquistar o equilíbrio entre os vencimentos de todos os professores. A dirigente recorda que em 2012 o orçamento disponibilizado pelo governo e a política em valorizar quem está em início e no fim da carreira gerou uma distribuição de recursos que acabou prejudicando docentes das classes intermediárias, como os adjuntos (A3) do MS, e os D3, do EBTT. Em 2015, na atual fase de negociação, estes professores ganham relevância na plataforma de reivindicações.

O apito soou

O começo oficial da temporada de conversações com a União foi ao estilo de pré-jogo, para testar a força de cada lado. Em 20 de março, o titular do Ministério do Planeja-

mento, Orçamento e Gestão (MPOG), Nelson Barbosa, reuniu-se em Brasília com representantes de categorias do serviço público. O Proifes-Federação esteve lá e apresentou suas credenciais. Barbosa, que estreou no fim de 2014 como um dos craques do novo time da gestão da presidente Dilma Rousseff (ao lado do colega da Fazenda, Joaquim Levy), anunciou que as negociações ocorrerão entre maio e julho, para dar tempo de incluir eventual acordo e seu impacto financeiro no orçamento de 2016.

“O prazo é correto. Foi sempre o que defendemos”, pontua o presidente do Proifes, Eduardo Rolim de Oliveira, do quadro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). “O ministro esteve presente durante toda reunião, ouviu 25 das 41 entidades (entre elas, o Proifes) e ainda apresentou uma sugestão de calendário das atividades. São sinais positivos”, observa Rolim, dosando na cautela. Claro que é difícil vislumbrar agora como será a execução da agenda. “Não diz nada sobre o que teremos efetivamente na mesa de negociação. Por isso, estamos convictos de que não existirão avanços, se não houver mobilização”, previne, de saída, o dirigente nacional.

Bom lembrar que em 2012 foi preciso o movimento docente fazer greve para tirar o governo da zona de conforto, além de uma articulação tremenda para elaborar um termo de acordo, que foi o melhor possível nas condições vigentes (e um dos melhores quando o parâmetro são os reajustes em 20 anos). Mas ficaram pendências que estão inseridas na pauta da campanha de 2015. No entanto, agora, o cenário é diferente, com muitas dificuldades políticas e econômicas assolando o País. “Temos outros objetivos, que envolvem novas perspectivas estruturais para a carreira (remuneração) e valorização do padrão dos vencimentos”, aponta Maria Luiza.

“Pela primeira reunião, podemos inferir apenas a possibilidade de haver negociação”, acrescenta a presidente da Adufrgs-Sindical. O banho de realidade dado por Maria Luiza tem uma explicação: “As tratativas este ano serão muito, muito

difíceis.” Uma das razões é o cenário econômico, com metas sob o império do chamado ajuste fiscal, que a cada semana ganha mais componentes, que já fez vítimas, como o corte de direitos ligados a programas e benefícios de proteção aos trabalhadores, através das Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 e pela aprovação do Projeto de Lei 4.330/04 que amplia a terceirização dos serviços para as atividades-fins. O governo só fala em ajuste, tom dado por Barbosa no encontro. “Mas eu disse ao ministro que o governo começava mal, pois apresentou as duas MPs sem discutir com os trabalhadores, o que é muito grave”, repete Rolim, sobre sua manifestação na audiência com o titular do MPOG. Para quem ainda não despertou para o dano das medidas (que já vigoram e têm até julho para serem confirmadas, revisadas ou derrubadas pelo Congresso Nacional), o presidente do Proifes cita um aspecto, que é o corte das pensões por morte que atingirão os docentes mais jovens da carreira pública.

Outro exemplo é a situação de quem tiver menos de dois anos de casa e filhos dependentes. Para estes, em caso de morte, não haverá nenhuma cobertura de pensão pelo resto da vida. A resposta de Barbosa ao questionamento de Rolim foi que o debate agora está no Congresso, e recusou a tese de supressão de direitos, declarando sua fidelidade ao ajuste. “Bom ele saber que já estamos nos articulando para abortar esse pacote que transfere a conta aos trabalhadores”, avisa Rolim.

Outro complicador é que o titular do MPOG frisou que quer reduzir a relação entre a despesa com a folha dos servidores e o PIB, abaixo de 4,3% – marca de 2014 – mas levemente acima dos 4,2% de 2013. Barbosa alegou que manter a relação baixa é o que a sociedade espera. Rolim contrapõe, critica o discurso e sinaliza que, com crescimento ínfimo do produto interno bruto este ano e ainda moderadíssimo em 2016, só se elevar o numerador (folha), pois o denominador (PIB), ficará ainda menor.

O vice-presidente da Adufrgs, Lucio Vieira, observa que o cenário de despesa contida (além de inflação acelerada – mais de 7% anual até janeiro) está nas previsões das entidades. E quando se esperava interlocutores tentando adiar soluções, veio a abertura de negociação. “Nessa longa caminhada cheia de obstáculos, o primeiro deles nós conseguimos superar”, mapeia Vieira. “Mas isso não significa que o governo vai tirar a mão do freio. Portanto, a possibilidade de avançar nesse processo dependerá da nossa capacidade de mobilizar”, repete com insistência o dirigente sindical em Porto Alegre.

Largada ocorre em maio

As propostas de reajuste, aumento real e demais correções para resguardar o futuro e atratividade da carreira docente já estão com os interlocutores do governo (MPOG e MEC). E de certa forma a primeira rodada efetiva para discutir reajuste e



Eduardo Rolim, presidente do Proifes, adverte que não existirá avanço sem a motivação da categoria



Maria Luiza von Holleben, presidente da Adufrgs, previne que, este ano, as tratativas serão muito difíceis

outros itens da pauta docente (todos os detalhes no quadro na página 14) depende do agendamento. A primeira reunião de trabalho com os interlocutores do governo – o titular da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT) do MPOG, Sérgio Mendonça, e integrantes do MEC – é esperada para maio. Mendonça disse que em abril se dedicaria a estudar as propostas de cada área.

Uma das situações que os dirigentes deixaram claro na estreia é que não querem ver o filme de novo. “Esperamos que o governo não chegue e pergunte sobre as reivindicações no primeiro encontro, afinal a pauta para a grande campanha de 2015 foi enviada em janeiro”, previne Rolim. No encontro inaugural com Barbosa, a pressão de alguns setores do serviço público foi por um índice único, de 27,3%. Mas Proifes e Adufrgs-Sindical observam que perseguir uma correção linear é nivelar por baixo as diferenças de remuneração e estrutura de carreira.

“Isso implicaria cristalizar para sempre as diferenças, e quem ganha menos, entre os docentes e mesmo entre os técnicos das universidades, vai sair perdendo, com o que não concordamos”, esclarece o dirigente da Federação. Quanto à pauta do Proifes e da Adufrgs, Maria Luiza destaca que ela se enquadra na pretensão do ministro, pois constrói um reajuste fracionado. “Queremos completar a reestruturação da carreira, recompor a inflação e mais 4% de aumento real em 2016; seguido de 2% de aumento em 2017 e o mesmo em 2018. É sobre esta proposta que vamos negociar”, afirma a dirigente.


A vez da Pátria Educadora

O governo Dilma firmou em 1 de janeiro que a senha do segundo mandato é a Pátria Educadora. Para os docentes, é hora de mostrar que o compromisso não é só jogo de cena. Para isso, a meta de aumento do percentual do PIB na Educação precisa ser cumprida, afirma Maria Luiza. O Plano Nacional de

Educação (PNL), sancionado em 2014, traça o alvo de chegar a 10% do PIB, taxa envolta em dúvidas a respeito da fatia que será entregue na rede pública. O começo caótico do novo comando do MEC preocupa os dirigentes. O primeiro ocupante, o ex-governador do Ceará, Cid Gomes, ficou pouco mais de dois meses, e foi demitido após destempero no Congresso.

O sucessor de Gomes, o professor de filosofia aposentado da USP, Renato Janine Ribeiro, terá um papel decisivo na política de investimentos. “Também esperamos o apoio dele ao ensino público superior”, comenta Maria Luiza. Lúcio Vieira cita que o comando da negociação salarial é do MPOG, mas o MEC está na mesa. “É importante que tenhamos um ministro identificado com as lutas da Educação e que conduza o slogan do governo Dilma”, associa o vice-presidente do Sindicato.

Maria Luiza lembra que Janine apoiou a fundação da Associação dos Docentes da USP, o que identifica uma história de quem valoriza a representação sindical da categoria. “Mas é difícil prever como será a sua atuação como ministro”, admite a presidente da Adufrgs. Na composição da pasta, as entidades receberam como positiva a possibilidade de permanência de Luiz Claudio Costa como secretário-executivo do MEC. Ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa, Costa tem relação próxima ao Proifes, conhece o sistema educacional e firmou acordos em prol dos docentes.

Para Vieira, a pauta de valorização do MS e EBTt está afinada com as necessidades da Pátria Educadora. O dirigente da Adufrgs aponta que a carreira deve sustentar, motivar e atrair profissionais. “A nossa proposta é sensata. Não é aventureira, mas, sim, é bem fundamentada. Não jogamos em cima para pegar mais em baixo”, defende. As entidades estão fazendo a sua parte. Faixas com o lema “Mobilizar para negociar, negociar para avançar” são visíveis pelos campi da Ufrgs (Capital e Tramandaí), da Ufcsa e do IFRS em Porto Alegre. E para o governo, o recado é um só: “A Pátria Educadora só é aquela que efetivamente valoriza os professores.” Cabe agora à categoria mostrar como se constrói isso. 



Vice-presidente da Adufrgs, Lúcio Vieira valoriza a importância do ministro da Educação, Renato Janine, se identificar com as lutas da categoria



Recorte, guarde e mobilize!

Saiba tudo sobre a pauta de reivindicação entregue ao governo federal:

Remuneração e carreira

- **Janeiro de 2016:** implementação da nova malha salarial, com piso (que é a remuneração do professor Auxiliar 1, 20h, graduado) de R\$ 2.212,64.
- Relação RT/VB: 10% para aperfeiçoados, 20% para especialistas, 50% para mestres e 120% para doutores.
- Percentual entre as remunerações de docentes em níveis subsequentes de uma mesma classe será de 5% e entre classes subsequentes, de 10%.
- Relação entre o VB do docente em regime de 40h e o do docente em 20h será de 40% e a relação entre o VB do docente em dedicação exclusiva (DE) e o do docente em 20h será de 100%.
- **Janeiro de 2017:** aumento real de 2% para todos os docentes, em relação aos salários de janeiro de 2016, e valorização adicional de 5% (perfazendo cerca de 7% reais) para os professores DE, já que a relação entre o VB desse regime e o de 20h deverá ser ampliada para 110%.
- **Janeiro de 2018:** aumento real de 2% para todos os docentes, em relação aos salários de janeiro de 2017, e valorização adicional de mais 5% (perfazendo 7% reais) para os professores DE, já que a relação entre o VB do docente DE e o 20h deve ser de novo ampliada, alcançando 120%.

Veja o efeito da proposta de política salarial:

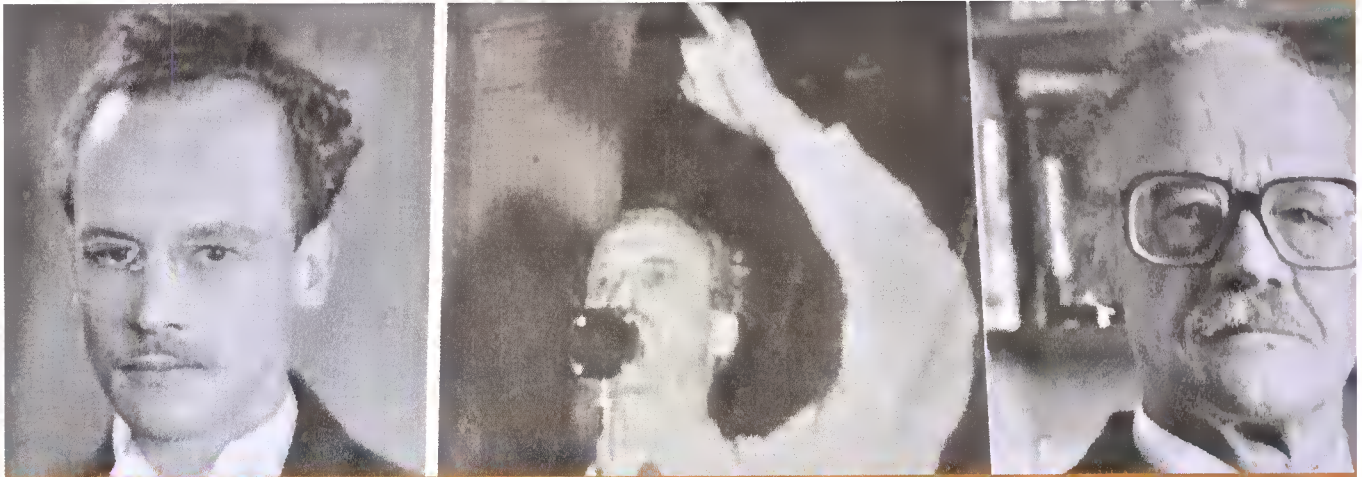
- **Janeiro de 2016:** Nenhum docente terá aumento nominal inferior a 10% (em relação a março de 2015). Todos terão aumento real (descontada a inflação) de, no mínimo, 4%. Com isso, o aumento salarial nominal médio dos professores federais será bem superior, devido à correção da malha salarial de cerca de 27% - elevação real média de cerca de 21%.
- **Janeiro de 2017:** aumento real adicional de 2% (em relação a janeiro de 2016). Docentes com dedicação exclusiva terão outros 5% de aumento.
- **Janeiro de 2018:** aumento real de 2% (em relação a janeiro de 2017) para todos os professores e de 7% para os docentes em DE.

Pendências de negociações anteriores

- Garantia de que a (desejável) expansão das universidades e institutos federais se dê de forma a assegurar adequadas condições de trabalho para todos os professores.
- Criação de programas de capacitação para as carreiras do Magistério Superior (MS) e EBTT.
- Criação de estímulos à retenção de professores em locais de difícil lotação.
- Redefinição dos critérios para concessão do auxílio transporte, hoje totalmente inadequados.
- Efeito financeiro de progressões e promoções retroativo à data em que se completou o interstício de dois anos, e não a partir da data de emissão de portaria de concessão pela Ifes.
- Fim da exigência de conclusão do estágio probatório para mudança de regime de trabalho.
- Fim das barreiras por titulação no MS.
- Reenquadramento na classe de professor Associado dos professores aposentados do MS que, à época da criação dessa classe (maio de 2006), foram represados em Adjunto 4.
- Extensão da possibilidade de obtenção do Reconhecimento de Saberes e Competências aos aposentados do EBTT.
- Rediscussão dos critérios de implementação da mudança de interstício de 18 para 24 meses, na carreira de EBTT.
- Alteração do item "e", § 7º do Art. 6º do Decreto 1.590/95, incluindo os professores do EBTT na redação do § 7º, para que, à semelhança de seus colegas do MS, sejam dispensados do controle de frequência.

Fonte: Proifes

Carta de recusa ao título de Professor Emérito vira estudo museológico



Escrito pelo professor aposentado Otto Alcides Ohlweiler (imagens acima) em 1984, documento faz críticas ao silêncio da Ufrgs acerca da repressão política aos seus membros no período da ditadura

Descoberta através de doação do acervo do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue) ao Museu da Ufrgs, a cópia de uma carta e seu conteúdo virou trabalho de conclusão de curso da museóloga Cidara Loguercio Souza, intitulado *Um Itinerário, Muitas Memórias: A Cópia da Carta do Professor Otto Alcides Ohlweiler na Coleção Ceue*. Escrita em março de 1984 pelo docente aposentado do curso de Química, Otto Ohlweiler, a carta destinada ao então reitor da Ufrgs, Earle Diniz Macarthy Moreira, foi uma resposta à decisão do Conselho Universitário (Consun) de outorgar ao docente o título de Professor Emérito. Por entender que a Universidade não fizera autocritica acerca da repressão política aos seus membros em 1964 e anos seguintes, na carta, Ohlweiler solicitou o adiamento sine die (sem data marcada) do recebimento do título.

Formada pela Ufrgs em 2014, Cidara explica que o material do acervo do Ceue, encaminhado ao Museu da Universidade, foi objeto de estudo dos alunos em Museologia. “Essa carta veio parar em minhas mãos por sorteio. No momento que a li em sala de aula, mil perguntas vieram à minha cabeça”, afirma. Segundo a museóloga, o teor do documento, que é bastante forte e contundente, traz discussões sérias para a história da Universidade. Nele, o professor Otto Alcides Ohlweiler sugere que os arquivos da Ufrgs do tempo da ditadura militar fossem abertos. A carta indica que isso era uma chaga na história da Universidade, que precisava ser resolvida, para o bem da própria memória da Instituição. “O documento sugere que enquanto não fizesse isso, a Universidade estaria devendo para a sociedade”, avalia Cidara, que é técnica em assuntos educacionais do Museu da Ufrgs.

De acordo com a autora do TCC, a ausência de uma discussão crítica sobre a ditadura militar, tem como consequência um problema para as questões de memória, porque muitas pessoas não

foram atingidas diretamente e talvez não tenham entendido bem o que aconteceu naquele período. Como exemplo, Cidara cita as manifestações de 2013 e deste ano, em que parcelas da população reivindicavam a volta da ditadura militar. “Embora seja muito doloroso, é educativo, para que isso não se repita. Aconteceram arbitrariedades horríveis naquele período: pessoas foram perseguidas, carreiras acadêmicas foram destruídas, contribuições ao desenvolvimento da ciência foram interrompidos. E a Universidade agiu como se absolutamente nada tivesse acontecido”, desabafa.

Durante a entrevista para a *Adverso*, a museóloga se emocionou ao ler um trecho do seu trabalho onde cita o artigo escrito pelo jornalista Luiz Oscar Matzenbacher no livro *Identidades e Memórias*, da Ufrgs. “Não tínhamos a quem recorrer contra aquela força brutal da ditadura militar. Só a nossa coragem de redigir notas à população. E distribuí-las na Universidade... Eu tinha 21 anos de idade. E agora, ao escrever este artigo, sinto-me de novo perante a Comissão de Inquérito, que, a mando do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e do reitor Eduardo Faraco, busca descobrir quem redigiu a nota *Morre um Estudante*, e não como morreu Ary Abreu Lima da Rosa.” Cidara reforça: “Um aluno da Universidade foi morto por circunstâncias até hoje não esclarecidas. O que a Reitoria fez na época? Torturou outros alunos para saber quem tinha redigido a nota, e não como havia morrido o estudante.”

Na carta de seis laudas, o professor Otto Alcides Ohlweiler argumenta em tom crítico que docentes foram algozes dos próprios colegas nas comissões de investigação sumária que inquiriam pessoas da Universidade. “Esses expurgos que aconteceram foram verdadeiros tribunais. E cadê a documentação disso?”, interroga Cidara. A pesquisa identificou que parte dessa documentação que



Cidara Loguercio Souza considera que o documento traz à tona uma discussão importante sobre a história da Universidade

comprova o funcionamento dessas comissões foi encontrada, por acaso, na Universidade de Caxias do Sul (UCS). O material integra o acervo pessoal do professor de Filosofia da Ufrgs, Laudelino Teixeira de Medeiros (que integrou uma comissão), e foi doado pela família à universidade da Serra Gaúcha, após o falecimento do docente. “Lá o pessoal encontrou as atas iniciais de criação da Comissão Especial de Investigação Sumária. Até onde eu sei, são os únicos documentos conhecidos”, informa a museóloga. As comissões de inquérito serviam para desqualificar pessoas bem cotadas intelectualmente e politicamente na Universidade, além de permitirem barganha de posição na Instituição, entre outras atribuições. “Tudo isso é muito feio para a história da Ufrgs. Ao mesmo tempo, o lado bonito desta época é que sempre teve alguém que resistiu”, opina Cidara.

Antes do professor Otto Alcides Ohlweiler recusar o título de Professor Emérito concedido pela Ufrgs, o escritor Érico Veríssimo também havia recusado o título de Doutor Honoris Causa, por entender que a Universidade era então uma instituição ocupada em 1973. Anteriormente, em 1970, o general Emílio Garrastazu Médici havia sido condecorado com a mesma honraria pela Ufrgs. Para Cidara, a Universidade não utiliza apenas os critérios de mérito acadêmico para conceder títulos honoríficos, mas também questões políticas para mostrar “alinhamento com este ou aquele”. “As pessoas dizem que é bobagem. Contestam o porquê fazer um embate político se o título é uma manifestação meritória da contribuição dele com a Universidade. Mas se a própria Instituição utilizou destes expedientes para conceder títulos, não é estranho que alguém utilize critérios políticos para não aceitar ou para pedir adiamento?”, argumenta.

O trabalho de pesquisa aponta ainda o processo que culminou com a solicitação de outorga do prêmio de Professor Emérito para Otto Alcides Ohlweiler. Um trecho elogia o docente que, a despeito do seu posicionamento, “nunca utilizou a cátedra para fazer proselitismo político”. “Não fora isso, ele teria sido expurgado em 1964”, afirma a técnica do Museu da Ufrgs. Ohlweiler somente foi

poupado porque o então diretor da Escola de Engenharia, onde lecionou do ano 1936 até 1978, professor Luis Lesseigneur de Faria, o inocentou das acusações que lhe pesaram, entre elas a de conferencista e comunista da linha de Pequim. A museóloga apurou no seu trabalho que a cópia da carta de Ohlweiler também consta no processo, mas que não há mais informações. “Não diz como a carta foi dada a conhecer pelo Conselho Universitário.” No Instituto de Química, a pesquisadora encontrou um documento em que o docente responde à congregação do Instituto, agradecendo pela iniciativa da concessão do título, com a cópia da carta explicitando porque ele estava tomando aquela decisão.

Militância de esquerda

O professor Otto Alcides Ohlweiler foi um dos responsáveis pela reorganização do partido comunista (onde militava desde os anos 1940) após a ditadura Vargas. Antes de prestar contas para a Comissão de Inquérito, ele já tinha sido preso por 30 dias, em 1964. No mesmo tempo em que realizava pesquisas em Química, o professor construía o partido comunista no Rio Grande do Sul. Foi o deputado estadual constituinte mais votado pelo PCB em 1947. Mas Ohlweiler renunciou ao cargo político para concorrer à cátedra na Universidade, sendo aprovado com uma das melhores notas da história na Escola de Engenharia da Ufrgs. O docente foi um dos maiores precursores e divulgadores da pesquisa, quando essa prática ainda era rara. “Ele foi uma pessoa que abriu muitas portas para a pesquisa em Química na Universidade e no País”, afirma a museóloga. O trabalho de Cidara apurou ainda que a prisão de Ohlweiler foi noticiada em 1964, devido à sua importância no meio científico. A carta dirigida ao reitor, recusando o prêmio de Professor Emérito, também foi publicada em jornais de grande circulação, como *Correio do Povo* e *Zero Hora*. A iniciativa rendeu inclusive um voto de congratulação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre por não ter aceitado o título da Ufrgs. Posteriormente, já em 1984, a Câmara concedeu ao professor o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre, que foi aceito por Ohlweiler.

Ditadura tem pautado eventos na Ufrgs

Em 2014, ano que completou 50 anos do início da ditadura no Brasil, a Ufrgs promoveu evento de resgate da memória do Golpe de 1964. O Salão de Atos da Universidade ficou lotado para acompanhar atividade promovida pelo Coletivo pela Educação, Memória e Justiça, com organização do professor Enrique Padrós, alunos de graduação e pós-graduação da Instituição, e professores da rede pública e privada. O evento teve performance teatral, onde os artistas propuseram uma reflexão sobre as implicações e consequências do golpe e dos 21 anos de ditadura para a história brasileira. Em 2013, a ditadura militar no Brasil também foi tema de aula magna na Ufrgs, com apresentação do professor Cláudio Lemos Fonteles, um dos sete integrantes da Comissão Nacional da Verdade. 📌

Projeto de linha de ônibus intercampi está em fase de estudos na Ufrgs

Reivindicação antiga da comunidade, a implementação da iniciativa dependerá de viabilidade financeira da Instituição

por **Patrícia Comunello**



A engenheira agrônoma da Suinfra, Andrea Loguércio, informa que 90% dos alunos responderam a uma consulta online sobre a receptividade da criação do transporte que ligará os quatro campi da Universidade

Ficar sem almoçar não é incomum e também não é por alguma dieta adotada pelo professor do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) Sergio Luiz Carvalho Leite. A razão é simples. Todas às quartas-feiras, Leite, mais de 30 anos de Ufrgs, dá aula até as 12h10min em uma turma no Campus do Vale, e depois tem outra classe às 14h30min. Onde? “No Campus Centro”, descreve o docente, que, para complicar (ou não – considerando a escassez de estacionamento), não tem carro. “Este é o dia emblemático na semana. Já houve vezes em que fiquei sem almoçar por causa dos deslocamentos. Não ia dar tempo”, incomoda-se Leite,

justificando que desenvolve práticas de campo que exigem mais tempo de preparo e logística. Por isso, não foi à toa que o professor respondeu “sim” à consulta online aplicada no fim do ano passado pela Coordenação de Meio Ambiente e Licenciamento da Superintendência de Infraestrutura (Suinfra) da Universidade sobre a receptividade da criação de uma linha de ônibus intercampi.

E a intenção é concluir estudos este ano para verificar a viabilidade financeira do projeto, cuja aprovação dependerá do orçamento institucional. Trata-se de um serviço da própria Universidade para conectar suas quatro unidades (Centro, Saúde, Escola de Educação Física e

Vale), reduzindo o tempo de deslocamento e, claro, interligando as estruturas. “É uma reivindicação antiga da comunidade. Torço para que saia, pode ser até um micro-ônibus com alguns horários no dia”, sugere o professor da Botânica, que vislumbra menos correria e até um intervalo para descansar ou checar aulas no deslocamento.

O colega de Leite no Departamento de Botânica, Paulo Brack, dá apoio integral à iniciativa. No primeiro semestre de 2015, Brack não está tendo de se deslocar no circuito Centro-Vale ou Vale-Centro para ministrar aulas, mas chegou a cumprir temporadas anteriores com disciplinas na Faculdade de Arquitetura, localizada no cluster da Reitoria, e aí era a mesma maratona. O docente conta que chegou a optar por não ter carro por alguns anos, quando, convicto, havia decidido contribuir para a chamada sustentabilidade do Planeta. Ficou a pé, empenhou-se em utilizar ônibus das linhas de coletivos da Capital.

“Foi traumático. Os motoristas não respeitavam a velocidade da via, geravam solavancos no ônibus. Cheguei a ser arremessado contra o vidro mais de uma vez”, recorda Brack, que um dia resolveu retomar à rotina motorizado. “Voltei por falta de opção. Todos sabemos da situação do transporte coletivo na Capital.” A possibilidade de implementação do intercampi animou o professor, que projeta que o serviço proporcionará mais conforto aos colegas com atividades entre os campi. Além disso, Brack, quem sabe, poderá reavaliar o retorno ao meio coletivo de deslocamento, de uma forma mais adequada às atividades da Universidade.



Os professores Paulo Brack e Sergio Leite, do Departamento de Botânica, aprovam a iniciativa que facilitará os deslocamentos da comunidade acadêmica

A reação da dupla de docentes da Botânica reforçou a percepção e debate na diretoria da Adufrgs-Sindical sobre os benefícios do transporte para a categoria. “A Ufrgs precisa suprir essa demanda e com urgência. As grandes instituições, que têm diversos campi, já adotam o serviço há muito tempo”, observa o primeiro-secretário da entidade sindical, Ricardo Savaris. A notícia de que a Suinfra começou a fazer estudos e que poderá apresentar um plano ainda este ano terá acompanhamento da Adufrgs. Savaris destaca que a implementação dependerá da garantia de que entre no rol de prioridades da gestão. “Para os docentes, certamente será muito bom.”

Sondagem embasa estudos

A engenheira agrônoma da Suinfra Andrea Loguércio, coordenadora da gestão ambiental da Suinfra, informa que quase 5 mil pessoas (90% alunos) responderam à sondagem online em dezembro. Em março, o grupo estava dedicado a calcular os tempos de viagem e a frequência, informações que indicarão o volume do fluxo e demanda de carros e de prestação do serviço, que deve ser terceirizado. Andrea cita que serão feitos os cálculos, para embasar a decisão da administração.

A intenção é ter duas linhas: uma direta Centro-Vale e outra que percorrerá também Saúde e ESEF até o Vale, ambas com os dois sentidos. “O projeto está sendo montado para ser gratuito e exclusivo para alunos, docentes e funcionários”, conceitua a engenheira. As paradas para embarque e desembarque serão dentro dos campi, pois a operação nas vias normais da cidade são reguladas e sob responsabilidade da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC).

Um serviço bancado pela Ufrgs que já opera desde 2010 no interior do Campus do Vale serve de modelo. A linha do ônibus de cor branca, com a inscrição Suinfra/Ufrgs, circula entre às 7h e às 22h45min (dias de semana) e das 7h às 12h45min, aos sábados. Docentes de unidades como o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) e outros laboratórios, e mesmo setores de ensino e pesquisa, costumam utilizar a conexão, também gratuita. Por dia, são cerca de 300 passageiros. “São 12 paradas dentro do campus. Agora estamos instalando cobertura nos pontos para proporcionar mais conforto às pessoas”, frisa a engenheira.

O tema da alternativa de ônibus surge hoje com força, como contraponto à eventual ampliação, ou não, de vagas de estacionamento nos campi, antiga reivindicação. Andrea lembra que são quase 3 mil vagas entre as quatro áreas e que os inscritos para o sorteio são sempre muito superiores à oferta. Algumas posições das 782 existentes na Saúde foram reduzidas, devido a obras.



Professor da Enfermagem, Marcio Wagner é cliente assíduo de van que conecta a sede do HCPA à unidade Álvaro Alvim

São ainda 1.501 no Vale, 404 no Centro e mais 205 na Esf. “Se oferecermos mais vagas, vamos continuar a incentivar o fluxo de carros. Com o intercambi, podemos colaborar para melhorar o tráfego para todos, não só para a comunidade universitária”, aposta a coordenadora do Meio Ambiente da Suinfra.

Van foi solução no Clínicas

A Ufrgs é a única entre as grandes universidades e das melhores ranqueadas no País que ainda não opera com linhas exclusivas. Instituições como Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ofertam as ligações em diversas modalidades e horários. Nos sites das universidades, há detalhamento das linhas, horários e frequência, serviço vinculado às prefeituras das instituições. Os profissionais que estão estudando o projeto pela Suinfra da Ufrgs, informam que a equipe de mobilidade da área fez uma pesquisa sobre os serviços em outros campi.

Um exemplo que pode dar uma pista da efetividade e da resolução do transporte está dentro de casa. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), vinculado à Universidade, inseriu na rotina de docentes, alunos e funcionários uma van que conecta a sede à unidade Álvaro Alvim, localizada na rua com mesmo nome, no bairro Rio Branco – estrutura que pertencia à Ulbra. A distância entre os dois hospitais continua a mesma, o que mudou foi a forma de vencê-la. E o que é melhor: de forma confortável, em ambiente climatizado e com direito a 20 minutos para fazer

algumas atividades ao estilo mobile.

O professor da Escola de Enfermagem e chefe do Serviço de Enfermagem em Adição do Clínicas, Marcio Wagner Camatta, é um cliente assíduo. Ele utiliza diariamente a van da linha exclusiva e resolve várias pendências nesse tempo. “São 15 minutos. Se tivesse no carro não poderia dar uma última lida ou revisada em algum texto, nem acessar e-mail”, diferencia Camatta. O micro-ônibus estaciona em uma área ao lado de um dos acessos ao prédio principal do HCPA. Além disso, há uma miniestrutura para dar mais conforto a quem vai embarcar ou chega de uma viagem. Sob um toldo, um banquinho permite que as pessoas esperem sentadas pelo próximo horário. A cobertura também é decisiva em dias de chuva e nos períodos de maior sol do dia.

“De acordo com minha agenda, uso a van. Mais pela manhã, mas também posso ir de tarde”, conta o docente. Camatta mora próximo ao Clínicas, já incorporou a rotina de ir a pé ao trabalho e acredita que usando a van está também colaborando para uma cidade mais sustentável, tema que é cada vez mais badalado. “Vejo colegas, funcionários e alunos usando – em alguns horários vem mais gente, outros não. Mas fazemos a viagem sempre sentados, e o motorista é muito atencioso e cuidadoso”, reconhece o chefe do serviço na área de Adição. Detalhes como abrir a porta e colocar a escadinha para os usuários descenderem ou subirem são iniciativas que agregam valor ao serviço. “O principal é que esta é uma facilidade para todos, posso garantir.”

Camatta torce para que a mesma comodidade possa ser ampliada a outras unidades da Ufrgs. Ele conhece os serviços existentes em universidades paulistas e ressalta que um dos maiores ganhos seria retirar os carros do fluxo do trânsito. “Menos lotação e estresse.” O chefe do serviço de Logística e Segurança do HCPA, Ademir Rama, diz que a contratação do serviço junto a uma terceirizada, que tem custo mensal e diversos horários entre 6h30min e 20h de segunda a sábado, ocorreu em 2012 e foi uma solução, justamente pela falta de vagas no estacionamento do prédio da Álvaro Alvim. São apenas 20 posições no local.

O HCPA fez o acompanhamento do fluxo até definir que a van seria a melhor alternativa. Rama observa que no começo a utilização era pequena, mas aos poucos o público se rendeu à opção. “Hoje o transporte lota em muitos horários, pois é grande o volume de pessoas que têm uma rotina de atuação nos dois sites”, esclarece o chefe da logística. Nas trocas de turnos de plantão, a utilização aumenta. O controle para identificar se o usuário é aluno, docente ou funcionário (a quem se destina o transporte) é feito por meio do crachá de identificação. 🗳

Aulas de Anatomia na Ufcsa contam com programa de doação de corpos

Uso de cadáveres facilita a aprendizagem para alunos de Medicina

por Araldo Neto



Fotos: Ufcsa / Divulgação

No final de cada ano, estudantes da Universidade participam de culto ecumênico em homenagem aos doadores

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (Ufcsa) apontou que 80% dos alunos de Anatomia acreditam que o estudo com cadáveres facilita a aprendizagem. O levantamento foi feito em 83 universidades, localizadas em 22 estados. Ao todo, foram ouvidos mais de 800 estudantes. A pesquisa revelou também que, entre as instituições de ensino superior que utilizam cadáveres (92%), metade usa órgãos já dissecados devido à falta de corpos. Ainda rara no País, a doação contribui para que as universidades consigam manter laboratórios de anatomia com qualidade. Pioneira no Brasil, a Ufcsa é uma das 12 instituições de ensino em solo nacional que conta com um programa de doação de corpos.

O estudo ainda revelou que 95% das universidades brasileiras dependem dos cadáveres que ficam sem identificação ou não são reclamados por ninguém nos institutos médicos legais. Com o passar do tempo, essa fonte tornou-se escassa, prejudicando a formação dos profissionais. Outro dado que a pesquisa apurou é que nem todas as universidades do País utilizam corpos para o estudo da Anatomia. O levantamento feito pela Ufcsa mostrou que 8% das instituições pesquisadas usam

apenas modelos. Ao todo, 92% das universidades que responderam o questionário utilizam cadáveres para o ensino, mas uma parte delas só utiliza peças prontas, já dissecadas, devido à escassez de material disponível. Segundo o estudo, na opinião de 80% dos estudantes, o uso de corpos e a dissecação facilitam a interpretação de exames de imagem, a realização de exames físicos e o exercício da clínica médica.

Para 93% dos entrevistados, a utilização de modelos pode complementar o estudo, mas não substitui a análise dos corpos. Na opinião da professora da Ufcsa e conselheira da Sociedade Brasileira de Anatomia (SBA), Andréa Oxley da Rocha, os alunos de Medicina que estudam apenas com modelos jamais terão o conhecimento real das três dimensões e das inter-relações das estruturas do corpo humano. "A maior parte das universidades tem carência de corpos e por isso passam a buscar meios alternativos. Usa-se modelos, vídeos e programas 3D para tentar suprir essa carência. Mas a gente sabe que não é suficiente. O que temos tentado ensinar em outras universidades é que o programa de doação funciona e se consegue obter corpos com isso", afirma.



Professora Andréa Oxley adverte que usar apenas modelos não permite conhecimento real das estruturas do corpo humano


Doação para a ciência

O programa da Ufcsa tem como propósito fazer uma campanha de esclarecimento sobre a possibilidade de doação de corpos para a ciência. “Desde 2008, nós criamos um cadastro para as pessoas que estão interessadas em doar o corpo, então elas se cadastram em vida para isso e, no momento da morte, a família nos avisa e a gente busca esse corpo”, explica Andréa. Atualmente, o programa da Universidade conta com aproximadamente 400 pessoas cadastradas. Desde sua criação, a Ufcsa já recebeu mais de 50 corpos. “De 2008 para cá, nós não sofremos mais escassez de cadáveres para trabalhar”, comemora. Hoje, a Instituição conta com um cadáver para cada grupo de dez alunos nas aulas de Medicina. A professora Andréa afirma que atualmente os corpos são utilizados para dissecação e para produção de peças para oficinas. Com a quantidade ampliada, o objetivo é poder realizar tratamento cirúrgico em cadáveres. “É o que se aplica em muitas universidades dos Estados Unidos. Para se fazer cirurgia em vivo, tem que fazer em cadáveres. Nós estamos caminhando para isso”, revela.

A partir do programa de doação de corpos, a Ufcsa desenvolveu oficinas onde o aluno aprende a desenvolver técnicas de dissecação. Estas funcionam como um curso de extensão com objetivo de produzir material para as aulas práticas. De acordo com Andréa, o resultado atingiu tão boa qualidade que as peças passaram a integrar o Museu de Anatomia – exposição realizada uma vez por ano dentro da Universidade. A mostra também surgiu na esteira do programa de doação de corpos. A

primeira edição aconteceu em 2009 e ficou restrita ao público interno. Mais tarde, o evento foi aberto e hoje costuma atrair muitos visitantes. Em 2014, por exemplo, a mostra recebeu mais de 2,4 mil pessoas em cinco dias. “A exposição visa apresentar para a comunidade como são utilizados os corpos que são doados para a Universidade. No início, se mostrava apenas peças e alguns corpos. Como a anatomia sempre esteve ligada à arte, nós fomos atrás de obras que estão relacionadas com o tema”, descreve Andréa.

A professora festeja a iniciativa, pois assim a comunidade tem acesso a um universo que anteriormente era restrito ao meio universitário. “Com isso, nós podemos socializar o conhecimento”, completa. Outra iniciativa criada a partir do programa de doação foi a realização de um culto ecumênico no final de cada ano em homenagem aos doadores de corpos. A cerimônia conta com a presença de familiares dos doadores. “É uma cerimônia lindíssima, onde os alunos tocam músicas, entregam flores para as famílias e agradecem pela doação”, resume.

O programa de doação de corpos da Ufcsa traçou um perfil de quem está cadastrado. Cerca de 70% dos doadores tem mais de 70 anos e são formados na maior parte por mulheres, solteiras, viúvas ou divorciadas. Para a professora Andréa, as pessoas doam porque querem realmente ajudar os outros. “Não é por falta de dinheiro para enterro ou por ignorância ou crendice, as pessoas doam seus corpos porque simplesmente acreditam em uma formação melhor das pessoas”, conclui. 



Museu da Anatomia na Ufcsa apresenta para a comunidade obras e órgãos que abordam esta área do saber

Quem vai pagar a conta do ajuste fiscal do governo?

por Patrícia Comunello



Protestos para impedir que MPs 664 e 665 passem com a redação atual contam com a participação permanente da Adufrgs e do Proifes

O tamanho e a duração do ajuste fiscal baixado pelo governo Dilma Rousseff é incerto. Mas para especialistas em economia, já está claro sobre quem recairá a maior parte da conta. Além de atingir benefícios e proteção a trabalhadores, alvos das Medidas Provisórias 664 e 665 (com alterações e supressão de alcance do seguro-desemprego a pensões por morte, com impacto a quadros mais novos do funcionalismo federal), o conjunto da obra para equilibrar as finanças pode atingir as verbas para a Educação – o que inclui universidades e demais níveis de ensino – e até a Saúde. O que não é uma notícia nada alvissareira. As mobilizações em Brasília para impedir que as MPs passem

com a redação atual, crescem e têm participação permanente dos dirigentes da Adufrgs-Sindical e do Proifes-Federação. Outra frente é barrar o Projeto de Lei das Terceirizações (PL 4.330), que significará mais retrocesso em direitos, com precarização ilimitada.

Docentes ligados à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) traçam as raízes das fragilidades atuais, apontam o déficit público e o externo (balança de pagamentos) como o fantasma da vez (zona de preocupação pelo impacto para desestabilizar outros indicadores estruturais da economia, como inflação



e juros) e reforçam a preocupação com os danos de um aperto mais agudo. “O déficit público cresceu muito nos últimos anos, e não é tanto pelo volume, mas pela velocidade com que isso ocorreu”, adverte o professor de Economia Brasileira, Pedro Dutra Fonseca. Para o docente, as divergências sobre a pertinência ou não das medidas são de cunho mais político do que de teoria econômica.

“Havia a ideia de que se poderia manter por mais tempo o impulso ao consumo. Num primeiro momento, Dilma acertou, mas logo depois vieram os problemas. Agora é hora de agir”, adverte o professor de Economia Brasileira, lembrando que a diferença entre a ação

da equipe econômica no governo Lula (até 2010) e a de Dilma foi a “folga”, neste caso ligado ao superávit primário, além da condição mais favorável da balança externa. Em 2014, a presidente conquistou o selo do voto para um segundo mandato, mas amargou uma sombra no primeiro período: o País registou o primeiro déficit na balança de exportações versus importações, desde 2000, que ficou em US\$ 3,9 bilhões. Foi o segundo pior – só perdeu para os US\$ 6,6 bilhões de 1998, ainda na Era FHC.

“Não tem como discutir se cabe ou não combater o déficit, mas como fazer isso. Significa dizer o que vamos cortar de despesa e quais impostos serão criados ou aumentados”, especifica Fonseca. O professor de Economia Brasileira exemplifica com alternativas que já foram ventiladas pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, como regulamentar os impostos sobre grandes fortunas e transmissão de propriedade. “São tributos que podem ser justificados sob o ponto de vista social, mas são pouco arrecadatórios”, pondera o docente, que aponta outra via com maior potencial de arrecadação, que seria elevar a taxa dos bancos. “A Inglaterra, que é bem mais conservadora, promoveu a medida. Os ingleses são bem mais práticos: no boom da economia, foi o setor que mais ganhou, então, na crise terá de contribuir.”

Aray Feldens, professor aposentado da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs, mira a cultura dos subsídios como uma política errante e que está cobrando uma conta salgada desde o começo de 2015. “O governo faz contingenciamento, tenta cortar onde pode. As universidades podem ser afetadas, podem parar um mês por menos repasse”, adverte o docente. O impacto sobre as Instituições Federais de Ensino Supe-





Professor de Economia, Pedro Dutra Fonseca, acredita que elevar a taxa dos bancos seria uma via com maior potencial de arrecadação para o governo federal

rior (Ifes) foi sentido na largada do ano, com a demora na aprovação do novo orçamento, o que represou a liberação e uso efetivo de verbas.

Os reitores e administradores das Ifes gaúchas manifestaram que o corte previsto de 30% para o ano, dentro da receita do ajuste fiscal, afetará custeio e investimentos e que acionariam ações de economia, como maior controle em consumo de energia. Até porque este insumo protagoniza reajuste acima de 60%. Fonseca reforça que o temor é o impacto do contingenciamento, pois não há clareza sobre a gestão do orçamento, que é autorizativo. “Isso vai exigir mobilização urgente da comunidade universitária, de reitores, sindicatos de docentes e técnicos, além dos estudantes, para vigiar a execução”, defende o professor.

Política de subsídios

No olho do furacão das causas que explicam parte do rombo atual nas finanças públicas estão os subsídios. O professor aposentado de Economia Aray Feldens diz que é preciso fazer uma volta ao passado para encontrar algumas boas explicações sobre a trajetória. A aplicação de artifícios como incentivos e desonerações para socorrer segmentos em dificuldades ou turbinar políticas estruturais acompanha a economia brasileira, e de forma persistente, desde a década de 1950, pontua Feldens. “Foi quando o governo concedeu subsídio à compra de trigo importado, para

resolver a falta do grão internamente”, recorda o docente que ministrou disciplinas ligadas a temas como inflação e cálculo de preços.

“Passou a ser vantajoso trazer de fora, muitos falsificavam a existência de estoques de trigo nacional, e o milho que produzíamos acabou sendo alijado. Foi a primeira ideia de subsídio”, associa Feldens. Depois vieram mais artifícios, como a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) nos anos 1960, para dar conta de moradia na urbanização ascendente naquele período. Para bancar o programa, o Tesouro Nacional (TN) foi acionado, e a conta aumentou devido a distorções. Feldens cita o advento da Contribuição de Intervenção sobre o Direito Econômico (Cide), em 2001, que incidia no consumo e importação de combustíveis. Depois, a contribuição acabou suprimida (agora discute-se a sua volta), e sobrou para o TN. “Quem mais uma vez teve de cobrir o caixa foi o Tesouro. Os subsídios são muito prejudiciais ao desenvolvimento econômico”, critica o professor aposentado. “Para pagar essa conta, precisa arrecadar mais. Portanto, como dizia o economista Milton Friedman (da Escola de Chicago e Nobel de Economia em 1976), não existe almoço grátis



Docente aposentado das Ciências Econômicas da Ufrgs, Aray Feldens mira a cultura do subsídios como uma política errante

(There is no free lunch)”, arremata Feldens.

Recentemente, os brasileiros assistiram a uma série de bondades na forma de desonerações. Foram as reduções de IPI para automóveis, para móveis, para eletrodomésticos. Na indústria automotiva, além de impulsionar a demanda em troca de uma expansão incerta do emprego, houve mais uma vez o impacto errante da política de subsídios. O professor aposentado descreve a nova escalada que começa com uma maior demanda por combustíveis (a frota havia aumentado exponencialmente), que exigiu importação de gasolina (ante a limitação de refino da Petrobras), que teve subsídios para não gerar maior pressão inflacionária. Além de implodir o programa Pró-Álcool (uma invenção nacional), a política, cita Feldens, dilapidou o valor da Petrobras.

Em vez do Tesouro Nacional, desta vez foi a estatal que matou no peito o custo de bancar gasolina importada. “Mais um erro cometido. São distorções que um dia teremos de pagar, e agora já vemos o tamanho da conta”, lamenta o professor. O prejuízo que estourou nos cofres públicos – o governo amargou queda na arrecadação em 2014 – bate à porta das famílias brasileiras. Feldens cita o elenco de aumentos – energia, combustíveis, juros, e a tabela de Imposto de Renda, que não é atualizada e, quando é, vem em suaves prestações. O professor ainda lembra que a inflação disparou e pode romper os 8% ao ano – o mercado toda semana revisa para cima a taxa, o que prejudica mais pesadamente quem tem renda menor. “O gasto com alimentos supera 40% nessas faixas”, cita. “Como se sai disso? No curto prazo, vai demorar muito, pois é preciso ajustar os preços relativos da economia.”

Mais política, menos economia

Da cepa de economistas desenvolvimentistas, o docente de Macroeconomia da Ufrgs, Fernando Ferrari Filho, opina que a discussão sobre o “remédio certo” é mais ideológica e menos de teoria econômica. A posição é fundada no comportamento da base política no Congresso Nacional e sua convicção em dar apoio ao receituário de Levy. A saída, que não seria apenas para estancar um descontrole fiscal momentâneo, deveria passar pelo outrora acalentado pacto social, que estivesse acima de interesses e articulações de grupos, sejam do ramo patronal ou de trabalhadores.

“Não existe um projeto nacional que se pense coletivamente”, pontua Ferrari Filho. O professor relaciona que os principais problemas da economia interna são, hierarquicamente, o déficit nas transações correntes em torno de US\$ 300 bilhões (“nenhum país pode se



O professor de Macroeconomia, Fernando Ferrari, opina que discussão sobre “remédio certo” é mais ideológica e menos de teoria econômica

dar ao luxo de ter esse saldo”), a desindustrialização e os gargalos em infraestrutura, ligados ao baixo investimento público, que exige gastos. “Economistas mais convencionais ou de mercado pregam que ajuste drástico ou rígido no curto prazo permite voltar a crescer no longo prazo, o que acho pouco provável, pois há a conta política nessa trajetória”, adverte. “Não comungo que isso recolocar o País no eixo. A política macroeconômica deve ser operada de forma ativa. Essas medidas, e outras que virão, irão frear o emprego e o crescimento, o que terá custos.”

As causas da condição atual das contas públicas estão relacionadas, segundo Ferrari Filho, a uma falta de convicção da equipe econômica da era de Guido Mantega sobre a inflexão na condução da política. Segundo o professor de Macroeconomia, não se pode fazer política fiscal expansionista ao longo do tempo, se há uma meta fiscal a cumprir, ou oferecer mais crédito com juros menores, se há meta de inflação a alcançar. “Este é o ponto, que parece ter sido guiado pela presidente. A política econômica entre 2011 e 2014 foi essencialmente errática e populista, pois ora reduzia a Selic, ora elevava, ora o câmbio caía, ora se deixava subir.” Esse passado aportou volatilidade aos indicadores e gerou um ambiente institucional desfavorável à tomada de decisão dos agentes econômicos. “Faltou sinalizar, esse foi o grande erro – e não tem nada a ver com desenvolvimentismo, que tem responsabilidade fiscal. A política monetária tem de controlar a inflação de demanda, mas tem de se preocupar com o desemprego, a atividade baixa e a intervenção no câmbio.”

Professora da Ufrgs ganha prêmio Unesco para Mulheres

Reconhecimento foi destinado devido a pesquisas na área de astrofísica extragaláctica

por **Araldo Neto**



Fotos: arquivo pessoal / Divulgação

Thaís Bergmann, junto ao Telescópio Gemini Sul, no Cerro Pachón (no Chile) foi a vencedora deste ano

Mais uma vez, o Instituto de Física da Ufrgs tem uma pesquisadora vencedora do Prêmio L'Oréal-Unesco para Mulheres na Ciência. Na edição de 2015, a professora Thaís Storch Bergmann foi a escolhida, devido à importância da sua pesquisa na área de astrofísica extragaláctica, com foco nos processos de alimentação e feedback de buracos negros supermassivos em galáxias. É a segunda vez que o Instituto de Física recebe este prêmio. Em 2013, a professora Marcia Barbosa recebeu a honraria, em reconhecimento às suas pesquisas sobre anomalias da água, que podem contribuir para o estudo e para a descoberta de tratamentos de algumas doenças.

Thaís Bergmann, que também chefia o departamento de Astronomia da Universidade, foi a primeira cientista a detectar a presença de um disco de acreção em torno de um buraco

negro no centro de uma galáxia inativa. O trabalho da docente foi essencial para o conhecimento sobre como os buracos negros massivos se formam no centro das galáxias, fenômeno que poderia conter o segredo de uma das questões mais misteriosas da história da humanidade: como o universo se formou. Ela explica que os buracos negros são lugares no espaço-tempo em que o campo gravitacional é tão intenso que nem a luz consegue escapar.

O estudo da professora identificou ser possível observar objetos em volta do campo gravitacional do buraco negro e calcular sua massa. A pesquisadora explica que analisa esses buracos negros supermassivos através da luz emitida pelos objetos que estão orbitando deles. "Eu observo o disco de acreção. Quando tem a captura de matéria pelo buraco negro, uma nuvem de gás



ou grandes quantidades de gás, por exemplo, esse material não cai direto no buraco negro, mas fica girando no disco, como o ralo da pia”, compara. Pelo efeito da luz, é possível inserir a velocidade do gás que está emitindo aquela luz e modelar como é a forma deste disco. “Eu consigo modelar o disco, a partir dessa informação”, descreve Thaisa.

“Por outro lado, a professora Thaisa também estuda os ventos produzidos a partir dos discos de acreção, que consistem na ejeção de gás da superfície do disco. Estes ventos de gás empurram a matéria circundante para distâncias grandes do núcleo da galáxia, evitando temporariamente que mais gás seja capturado pela mesma. Além disso, há também a formação, em alguns casos, de jatos de partículas relativísticas (a altíssimas velocidades) que saem da parte mais interna do disco e podem

empurrar o gás circundante para fora da galáxia. Os ventos e jatos são então efeitos de feedback associados ao disco de acreção em torno de um buraco negro supermassivo. De acordo com a pesquisadora, o feedback tem um papel importante na evolução das galáxias, pois elas estão sempre crescendo no universo através de gás, que vai sendo capturado pelas mesmas, levando à formação de novas estrelas, por exemplo. “Quando ocorrem esses ventos e jatos, o efeito de feedback empurra o gás que deveria cair na galáxia e ela então não cresce tanto, e isto acaba influenciando o tamanho final da galáxia”, afirma. Segundo Thaisa, os efeitos de feedback são considerados importantíssimos para conseguir modelar a evolução das galáxias no Universo.”

Dose dupla

Segundo a Unesco, ainda é preciso avanços para alcançar equilíbrio de gênero na ciência. Apenas 30% dos pesquisadores no mundo são mulheres, o que explica porque a maioria dos prêmios de ciência é conquistada pelos homens. Das 575 pessoas agraciadas com o Prêmio Nobel de Medicina, Química e Física, apenas 16 eram mulheres, por exemplo. Foi pensando nessa estatística que o prêmio L’Oréal-Unesco Para Mulheres na Ciência foi criado, há 17 anos. Anualmente, um júri internacional seleciona uma vencedora de cada uma das cinco regiões: África e Oriente Médio; Ásia-Pacífico; Europa; América Latina e Caribe; e América do Norte. Cada uma das laureadas recebe um prêmio no valor de US\$ 100 mil.

O Prêmio da Unesco já reconheceu 82 cientistas de todo o mundo. Em 17 edições, seis brasileiras já receberam a distinção. A Ufrgs é a primeira universidade do País a ter duas cientistas laureadas na mesma área de conhecimento, a Física. “Esse prêmio chama a atenção para ciência e para o papel das mulheres nesta área. Nós não queremos tirar o lugar dos homens, mas precisamos ter o nosso espaço. Ter os dois pontos de vistas é muito importante em todas as áreas. O objetivo do prêmio é promover isso”, reconhece a docente, que recebeu a distinção no último dia 17 de março, em Paris. 🗨



A professora Thaisa em frente à cúpula do telescópio Blanco do Observatório de Cerro Tololo, no Chile

Extensão do Reconhecimento de Saberes e Competência aos Professores Aposentados

Por **Letícia Kolton Rocha**, advogada e sócia do escritório Bordas Advogados Associados

A Lei 12.772/2012, a partir de 1º de março de 2013, reestruturou o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, dispondo, dentre outras matérias, acerca do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

O RSC veio a atribuir um novo significado a história dos professores que dedicaram suas vidas ao Ensino, Básico, Técnico e Tecnológico em um determinado contexto histórico desprovido de uma carreira com estrutura adequada, programas de incentivo à qualificação e quadro de pessoal suficiente para atender as necessidades das instituições.

Trata-se de um processo de aferição pelo qual se reconhece os conhecimentos e habilidades do professor desenvolvidos ao longo de sua experiência individual e profissional, bem como no exercício das suas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. O resultado desta aferição será considerado para pagamento da Retribuição por Titulação.

Desta forma, para fins de percepção da Retribuição por Titulação, além de observar a equivalência da titulação exigida, deverá ser considerado o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC. A RT, portanto, poderá ser modificada por influência do RSC.

Assim dispondo, quis o legislador corrigir as distorções ocorridas no passado, reconhecendo as contribuições dos professores do EBTT às instituições de ensino, proporcionando as condições para dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão, características ausentes na carreira anterior.

A Resolução n. 1, de 20 de fevereiro de 2014, do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências, por seu turno, dispôs claramente que as atividades desempenhadas pelo professor e apresentadas para fins de RSC independe do tempo em que foram realizadas, ou seja, não há qualquer limitação temporal quanto às atividades desenvolvidas pelo professor:

Art. 2º Conceitua-se Reconhecimento de Saberes e Competências o processo de seleção pelo qual são reconhecidos os conhecimentos e habilidades desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das atividades realizadas no âmbito acadêmico, para efeito

do disposto no artigo 18 da Lei nº 12.772/2012.

(...)

Art. 7º. A apresentação de atividades para obtenção do RSC independe do tempo em que as mesmas foram realizadas.

A Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (Conjur-MEC), recentemente, manifestou-se favorável ao pedido do Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC) para conceder o direito ao RSC a professores que se aposentaram após a vigência da Lei 12.772/2012 (Nota n. 103/2015/CGAA/Conjur-MEC/CGU/AGU). E os aposentados que tiveram a garantia de paridade em suas aposentadorias e que dedicaram suas vidas às instituições de ensino, podem ser discriminados? A inatividade exclui o servidor da carreira que pertence?

Esta assessoria jurídica defende o direito à percepção da RT, observando-se o RSC, a todos os aposentados que tiveram a garantia de proventos com paridade de reajuste com os ativos, independente da data da aposentadoria. Tal entendimento encontra amparo na Regra Constitucional da Paridade que assegura aos servidores inativos a extensão de vantagens quando cumpridos requisitos legais, notadamente aquelas decorrentes de alterações na carreira, bem como no Princípio da Legalidade.

Ainda, considerando que o RSC integra o contexto concessivo de Retribuição por Titulação, é importante ressaltar o art. 17, §1º, da L. 12.772/2012 que garante o pagamento de RT nos proventos da aposentadoria:

Art. 17. Fica instituída a RT, devida ao docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal em conformidade com a Carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada, nos valores e vigência estabelecidos no Anexo IV.

§ 1º A RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, na forma dos regramentos de regime previdenciário aplicável a cada caso, desde que o certificado ou o título tenham sido obtidos anteriormente à data da inativação.

Conforme já registrado, o art. 18 da L. 12.772/2012 veio reconhecer as contribuições dos professores do EBTT que se dedicaram suas vidas às instituições de ensino. Além disso,

as disposições normativas sobre os pressupostos do RSC são categóricas ao reconhecer que as atividades desempenhadas pelo professor e apresentadas para fins de RSC independem do tempo em que foram realizadas.

Trata-se, portanto, de um reconhecimento retroativo, perfeitamente compatível com a situação dos inativados. Negar este direito aos inativos, é antes de mais nada, negar a finalidade do art. 18. Há de se aplicar ao caso a interpretação teleológica que supera a lógica formal e dirige sua atenção para o bem jurídico tutelado pela norma, isto é, para o fim que a norma procura alcançar.

O acórdão do Recurso Extraordinário n. 236.199/RS, de relatoria do Ministro Marco Aurélio (DJ 04.08.2000, p. 1.390) elucida:

“A extensão aos aposentados de benefício concedido aos ativos induz à necessária observância de dois pressupostos: se a vantagem integra a remuneração dos servidores em atividade e se esta é compatível com a situação dos inativados.”

Cabe referir, ainda, que o STF, no julgamento pelo Tribunal Pleno do RE 606.199, firmou o posicionamento de que é assegurado aos inativos o direito de ter seus proventos ajustados, em condições semelhantes aos servidores da ativa, com base nos requisitos objetivos decorrentes do tempo de serviço e da titulação, aferíveis até a data da inativação. Vejamos a ementa:

Ementa: Constitucional. Administrativo. Extensão, a Servidores Aposentados, de Vantagens Concedidas a Servidores Ativos. Reestruturação de Carreira. Artigo 40, § 8º, da Constituição (Redação Anterior À Ec 41/03). Inexistência de Direito Adquirido a Regime Jurídico. Peculiaridades da Reestruturação da Carreira Decorrente da Lei 13.666/02 do Estado do Paraná. Recurso Extraordinário Parcialmente Provido.

1. Segundo a jurisprudência firmada em ambas as Turmas do STF, não há direito adquirido a regime jurídico. Assim, desde que mantida a irredutibilidade, não tem o servidor inativo, embora aposentado na última classe da carreira anterior, o direito de perceber proventos correspondentes aos da última classe da nova carreira, reestruturada por lei superveniente. Precedentes. 2. Todavia, relativamente à reestruturação da carreira disciplinada pela Lei 13.666/02, do Estado do Paraná, assegura-se aos servidores inativos, com base no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal (redação anterior à da EC 41/03), o direito de ter seus proventos ajustados, em condições semelhantes aos servidores da ativa, com base nos requisitos objetivos decorrentes do tempo de serviço e da titulação, aferíveis até a data da inativação. 3. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento.

(RE 606199, Relator(a): Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 09/10/2013, Acórdão Eletrônico Repercussão Geral - Mérito Dje-026 Divulg 06-02-2014 Public 07-

02-2014)

Havendo compatibilidade entre a natureza jurídica do benefício e a condição de inatividade, cabível sua extensão aos jubilados. O alcance dos inativos ao RSC, portanto, ocorrerá não apenas em decorrência da lei, mas, primordialmente, por força da regra constitucional da paridade.

Observa-se, para fins de inclusão ou exclusão dos inativos do universo de beneficiários de determinada vantagem, o disposto na legislação ordinária à luz da regra constitucional da paridade. Celso Ribeiro Bastos acrescenta :

“Na Lei Fundamental pretérita a revisão somente se daria no caso de modificação dos pagamentos aos servidores na ativa e que, ademais, resultasse de alteração do poder aquisitivo da moeda. No Texto atual basta que haja qualquer sorte de mudança no estado do servidor na ativa, decorrente ou não do poder aquisitivo da moeda. Tal acréscimo deverá necessariamente incidir também nos proventos do inativo.

(...)

O que se nota é que o constituinte de 88... entendeu conferir também aos inativos aqueles acréscimos decorrentes de reclassificação ou de reestruturação (...)

A análise exposta permite chegar à conclusão de que é compatível a extensão do RSC ao professor inativo com a garantia da paridade, considerando-se as atividades desempenhadas e concluídas pelo docente anteriormente à data de sua inativação, por força da Regra Constitucional da Paridade e do Princípio da Legalidade.



Assessoria Jurídica da ADUFRGS-Sindical

Bordas Advogados Associados
Praça da Alfândega, 12, 10º andar
Edifício London Bank
CEP: 90010-150 Porto Alegre/RS
(51) 3228.9997
www.bordas.adv.br
bordas@bordas.adv.br

Assessoria Jurídica da Adufrgs expande o atendimento aos associados

O escritório Bordas Advogados Associados tem uma relação direta com a categoria docente há vários anos, que nos permitiu alcançar um positivo saldo de satisfação e credibilidade que foi sendo gradativamente construído, sempre em sintonia com as sucessivas direções do sindicato.

Fruto de um planejamento interno provocado por constantes solicitações de clientes, o escritório inaugura em maio de 2015 o atendimento em assuntos de natureza civil. Ou seja, o professor poderá tratar de temas que são estranhos à vida funcional, tais como análise de contratos, ações de indenização, questões de direito sucessório e direito de família, entre outras.

Esta nova frente de atuação exigiu do escritório a criação de um setor diferenciado e destacado da "área de direito administrativo", já que os assuntos são diversos, assim como a metodologia de atendimento ao cliente, regras de honorários, monitoramento de processos, etc.

O escritório pretende com isso oferecer um serviço mais completo ao associado da ADUFRGS-Sindical sempre mantendo o mesmo padrão de atendimento que sempre prioriza a pessoa e não puramente o processo sob nossos cuidados.

Forma de Trabalho: Como encaminhar demandas

O atendimento das questões de natureza não funcional é totalmente separado do atual sistema de atendimentos. A começar com as datas e horários de atendimento, forma de retorno dos clientes e, sobretudo, a equipe responsável.

A advogada Rafaela Gil da Cunha (vide perfil no quadro) passa a atender unicamente este novo segmento. O atendimento iniciará no mês de maio de 2015, inicialmente apenas na sede da ADUFRGS Sindical. Futuramente, conforme a demanda justificar, o atendimento poderá também ser estendido à própria sede do escritório.

Pela prática, acreditamos que os atendimentos presenciais são fundamentais neste tipo de assunto, razão pela qual priorizaremos o atendimento no horário destacado para isso. Porém, em havendo necessidade ou se for conveniente ao professor, solicitações de consultas ou retornos poderão ser feitas diretamente pelo email rafaela@bordas.adv.br.

Este novo serviço oferecido pelo escritório em parceria com a ADUFRGS Sindical oferece as seguintes vantagens aos associados:

- Consultas gratuitas
- Honorários diferenciados, com desconto sobre o valor proposta pela Tabela de Honorários da OAB/RS
- Parcelamento dos honorários
- Inclusão de assuntos de natureza não funcional nas publicações da ADUFRGS e nos eventos por ela propostos.

Para agendamento de horários da sede (Cidade Baixa) da Adufrgs-Sindical

Atendimento todas as quintas-feiras, das 9 às 12 horas. É indispensável o agendamento prévio diretamente com o sindicato pelo telefone 51 – 3228.1188.

Contatos: pelo telefone 3228.9997 ou diretamente com a advogada Rafaela Gil da Cunha (rafaela@bordas.adv.br).

ASSUNTOS COBERTOS NESTE NOVO SERVIÇO

Direito de Família e Sucessões

- Divórcio judicial ou extrajudicial, litigioso ou consensual.
- Reconhecimento e dissolução de união estável, litigiosa ou consensualmente.
- Pensão alimentícia. Ajuizamento de ação ou defesa.
- Guarda compartilhada e regulamentação de visitas.
- Interdição e curatela.
- Investigação e reconhecimento de paternidade.
- Planejamento sucessório familiar.
- Inventário e partilha de bens, judicial ou extrajudicial.
- Assistência para a realização de testamentos.

Direitos Homoafetivos

- Contrato de convivência. Escritura.
- Direitos decorrentes da dissolução da relação homoafetiva. Partilha de bens.
- Direitos sucessórios.
- Direitos previdenciários nas relações homoafetivas.

Direito Civil

- Contratos em geral. Análise, interpretação e redação de cláusulas contratuais.
- Contratos internacionais. Análise e interpretação.
- Responsabilidade civil. Indenização por danos morais e materiais.
- Consultoria para negócios jurídicos em geral.

2015 SERÁ UM ANO DE MUITA LUTA

A **Adufrgs-Sindical** busca a reestruturação da Carreira e a Campanha Salarial 2016-2018, além do debate sobre temas que devem ser revistos pelo Governo Federal como:

- ▶ perdas de direitos dos trabalhadores
- ▶ interpretações equivocadas da Lei 12.772/2012
- ▶ problemas remanescentes da expansão das Ifes no Brasil
- ▶ consequências negativas das MPs 664 e 665

Para consagrar a vitória da categoria, o Sindicato, convida os docentes a participarem das ações que envolverão este processo.

O tempo agora é de:





Por uma expansão
Universitária de qualidade e responsável

PROFES
FEDERAÇÃO

Só com professor valorizado
se constrói uma pátria educadora

PROFES
FEDERAÇÃO

Por uma expansão
Universitária de qualidade e responsável

PROFES
FEDERAÇÃO

Só com professor valorizado
se constrói uma pátria educadora

PROFES
FEDERAÇÃO

Por uma expansão
Universitária de qualidade e responsável

PROFES
FEDERAÇÃO

Só com professor valorizado
se constrói uma pátria educadora

PROFES
FEDERAÇÃO

